

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº e-478/2024 - PGJ, DE 25.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja 5 (cinco) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 22 a 26.4.2024, nos termos dos artigos 139, inciso III, e 151 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-479/2024 - PGJ, DE 25.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva 4 (quatro) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 15 a 18.4.2024, nos termos dos artigos 139, inciso III, e 151 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-480/2024/PGJ, DE 25.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Fernanda Proença de Azambuja, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009- PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	5	6 a 10.5.2024	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº e-481/2024/PGJ, DE 25.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Maria Caroline Lima Madureira, ocupante do cargo de Analista, símbolo MPAN101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 16.4.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132, 136 e 178, inciso VII da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-482/2024/PGJ, DE 25.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Ruth Dayana da Rosa Vera, ocupante do cargo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 6.4 a 5.5.2024, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132, 136, 144 e 178, inciso VII da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-483/2024/PGJ, DE 25.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Cleizy Mara Romeiro, ocupante do cargo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 8.4 a 7.5.2024, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132, 136, 144 e 178, inciso VII da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR**

PAUTA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 2 DE MAIO DE 2024, ÀS 14 HORAS, PRESENCIAL OU POR TELECONFERÊNCIA.

6. Expedientes:**6.1. Expedientes encaminhados para ciência:****1. Corregedoria-Geral do Ministério Público:**

- **Ofício nº 0070/2024/CGMP/MS, de 15.2.2024.**
- **Ofício nº 0170/2024/CGMP/MS, de 3.4.2024.**
- **Ofício nº 0120/2024/CGMP/MS, de 11.3.2024.**
- **Ofício nº 0215/2024/CGMP/MS, de 22.4.2024.**

2. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Cíveis:

- **Ofício nº 04/2024/CPJ-Cíveis, de 21.2.2024.** A Procuradora de Justiça e Coordenadora das Procuradorias de Justiça Cíveis, Irma Vieira de Santana e Anzoategui, em cumprimento ao §1º, do artigo 8º da Resolução nº 002/2012/CPJ, de 03.05.2012, encaminha cópia da Ata nº 03/2023, referente à reunião da Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Cíveis, realizada em 14 de dezembro de 2023. (*Protocolo Unificado nº 02.2024.00019877-2*)

3. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos:

- **Ofício nº 06/2024/CPJDC, de 22.3.2024.** A Procuradora de Justiça e Coordenadora das Procuradorias de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, Sara Francisco Silva, em cumprimento ao §1º, do artigo 8º da Resolução nº 002/2012/CPJ, de 03.05.2012, encaminha cópia da Ata nº 01/2024, referente à reunião da Coordenadoria das Procuradorias de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, realizada em 11 de março de 2024. (*Protocolo Unificado nº 02.2024.00029532-8*)

6.2. Expedientes encaminhados para apreciação:**1. Corregedoria-Geral do Ministério Público:**

- **Ofício nº 0101/2024/CGMP/MS, de 4.3.2024.**
- **Ofício nº 0086/2024/CGMP/MS, de 1º.3.2024.**
- **Ofício nº 0084/2024/CGMP/MS, de 28.2.2024.**
- **Ofício nº 0176/2024/CGMP/MS, de 9.4.2024.**
- **Ofício nº 0178/2024/CGMP/MS, de 12.4.2024.**
- **Ofício nº 0193/2024/CGMP/MS, de 15.4.2024.**

2. 1ª e 2ª Promotorias de Justiça da comarca de Paranaíba:

- **Requerimento, de 26.2.2024.**

3. 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- **Requerimento, de 10.4.2024.**

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- **Ofício nº 0110/2024/02PJ/PPR, de 14.3.2024.**

5. 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- **Ofício nº 0172/2024/04PJ/TLS, de 2.4.2024.**

**6. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Ofício nº 0050/2024/16PJ/DOS, de 27.3.2024.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Ofício nº 0140/2024/02PJ/CBA, de 4.4.2024.

8. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Ofício nº 0011/2024/01PJ/CBA, de 20.2.2024.

7. Ordem do dia:**7.1. Matéria Administrativa:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2021.00001765-8**

Assunto: Proposta do novo Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público.

Comissão de Alteração do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público: Procuradores de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Presidente; Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya e Rogério Augusto Calábria de Araújo, membros.

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES**AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO****PREGÃO 02/PGJ/2024 - ELETRÔNICO****PROCESSO Nº 09.2023.00008077-0****UASG – 453860****MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 (e alterações).

Modalidade: Pregão nº 02/PGJ/2024 - Eletrônico (Processo nº 09.2023.00008077-0).

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de rastreamento, monitoramento e telemetria de veículos via satélite por GPS/GSM/GPRS ou tecnologia superior, compreendendo a disponibilização de *software* de gerenciamento com acesso via *web* para gestão da frota de veículos de módulos rastreadores, incluindo o fornecimento de equipamento a título de comodato, com identificação automática do condutor, com liberação do veículo apenas após essa identificação, bem como componentes e licença de uso de *software*, e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme descrição, quantitativos e especificações contidas no Termo de Referência.

-Abertura das propostas: dia 15 de maio de 2024, às 14 horas (horário de Brasília/DF).

- Local: www.gov.br/compras/

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 26 de abril de 2024, por meio dos sítios eletrônicos www.gov.br/compras/ ou www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS) das 13h00min às 17h59min (horário oficial de Brasília).

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio, da Gestão Contratual e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 04/04/2024:



- Pregoeiro: Luiz Fernando Koyanagi;
- Equipe de Apoio: Josiane Sanches de Mamann Zillo e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;
- Suplente do Pregoeiro: Cleber do Nascimento Gimenez;
- Suplentes da Equipe de Apoio: Hermes Alencar de Lima e Emerval Carmona Gomes;
- Gestão contratual: Kelly Cristina Mengual Vieira (titular) e Natanael Jacinto dos Santos (suplente);
- Fiscalização contratual:
 - a) Fiscal administrativo: Anderson Pinheiro Mariano (titular) e Jonathas Santos de Oliveira (suplente);
 - b) Fiscal técnico: Anderson Pinheiro Mariano (titular) e Jonathas Santos de Oliveira (suplente).

Campo Grande, 25 de abril de 2024.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA
Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS
Ordenadora de Despesa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO ENTRE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 020/CONV-MPMS/2024 MPMS E MPMG

Processo: 09.2024.00002509-2

Partes:

- 1 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;
- 2 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Jarbas Soares Júnior**.

Amparo legal: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Estabelecimento de condições de cooperação entre os partícipes com vistas ao desenvolvimento permanente do Portal das Fundações e do Sistema Informatizado para Prestações de Contas (SIPREC), sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 19.04.2024 a 19.04.2029.

Data da assinatura: 19 de abril de 2024.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL

CAMPO GRANDE

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0020/2024/13PJ/CGR

A 13ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2023.00161706-6 em que constam como investigado A Apurar e vítima Zulmira Queiroz, conforme se transcreve: “ante a insuficiência de indícios acerca da autoria do delito investigado, outro caminho não resta a trilhar senão promover o arquivamento do presente Inquérito Policial”.

Campo Grande/MS, 24 de abril de 2024

PEDRO ARTHUR DE FIGUEIREDO
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0021/2024/13PJ/CGR**

A 13ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00028973-7 em que constam como investigado Matheus Gabriel Batista Da Silva e vítima Ana Beatriz Da Silva Rodrigues, conforme se transcreve: “na ausência de justa causa para a propositura de ação penal, promovo o arquivamento do Inquérito Policial”.

Campo Grande/MS, 24 de abril de 2024

PEDRO ARTHUR DE FIGUEIREDO
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0022/2024/13PJ/CGR

A 13ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2023.00186819-3 em que constam como investigado Raphaela de Oliveira dos Santos e vítima Oswaldo Marques da Silva, conforme se transcreve: “é nítido que não há indícios suficientes de autoria e materialidade no caso em análise, o que prejudica, por consequência, a própria justa causa que fundamente eventual oferecimento da inicial acusatória”.

Campo Grande/MS, 24 de abril de 2024

PEDRO ARTHUR DE FIGUEIREDO
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0023/2024/13PJ/CGR

A 13ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2019.00225109-3 em que constam como investigado Wagner Torrico Ramos e vítima A Coletividade, conforme se transcreve: “dada a ausência de indícios de autoria delitiva e, via de consequência, na ausência de justa causa para a propositura de ação penal, promovo o arquivamento do presente Inquérito Policial”.

Campo Grande/MS, 24 de abril de 2024

PEDRO ARTHUR DE FIGUEIREDO
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0024/2024/13PJ/CGR

A 13ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2019.00004639-3 em que constam como investigado Letícia Gabriele Teifelt e vítima Rebeca Brum Miranda, conforme se transcreve: “ante a insuficiência de materialidade do delito transcrito, inexistente justa causa para o oferecimento de peça acusatória inicial.”.

Campo Grande/MS, 24 de abril de 2024

PEDRO ARTHUR DE FIGUEIREDO
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0025/2024/13PJ/CGR**

A 13ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2023.00194256-7 em que constam como investigado A Apurar e vítima Michael Douglas De Oliveira Silva, conforme se transcreve: “Considerando que a persecução penal a ser promovida pelo Ministério Público, neste caso, encontra-se impedida pela ausência de representação da vítima, promovo o arquivamento do Inquérito Policial”.

Campo Grande/MS, 24 de abril de 2024

PEDRO ARTHUR DE FIGUEIREDO
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0026/2024/13PJ/CGR

A 13ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2023.00183449-2 em que constam como investigado Ezequiel Xavier da Silva e vítima A Apurar, conforme se transcreve: “na ausência de materialidade do crime de receptação, promovo o arquivamento do presente Inquérito Policial”.

Campo Grande/MS, 24 de abril de 2024

PEDRO ARTHUR DE FIGUEIREDO
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0027/2024/13PJ/CGR

A 13ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2020.00180021-3 em que constam como investigado "A Apurar" e vítima Carlos Alberto de Souza, conforme se transcreve: “é nítido que não há indícios suficientes de autoria no caso em análise, o que prejudica, por consequência, a própria justa causa que fundamente eventual oferecimento da inicial acusatória”.

Campo Grande/MS, 24 de abril de 2024

PEDRO ARTHUR DE FIGUEIREDO
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 64ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento TCO n. 1010766220429105617, autos n. 0810018-32.2022.8.12.0110, em que consta como investigado Marin Correia Gonzales, conforme se transcreve: “O Ministério Público Estadual promove o arquivamento do presente termo circunstanciado de ocorrência, uma vez que não existe justa causa para o oferecimento de denúncia, porquanto os elementos trazidos aos autos demonstram que não houve a ocorrência do crime”.

Campo Grande, 24 de abril de 2024.

CRISTIANE AMARAL CAVALCANTE
Promotora de Justiça

¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 64ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ², de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial n. 469/2023-7DP-CG, autos n. 0921186-41.2023.8.12.0001, em que consta como vítima Oliveira e Carneiro Ltda e investigado Anderson Danillo da Silva Marques, conforme se transcreve: “O Ministério Público Estadual promove o arquivamento do presente inquérito policial em virtude da inexistência de materialidade.

Campo Grande, 24 de abril de 2024.

CRISTIANE AMARAL CAVALCANTE

Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 64ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ³, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Termo Circunstanciado de Ocorrência n. 189/2022 – DENAR, autos n. 0822685-50.2022.8.12.0110, em que consta como investigado Rafael Pessoa da Silva, conforme se transcreve: “O Ministério Público Estadual promove o arquivamento do presente procedimento, em virtude da ausência de fato típico”.

Campo Grande, 24 de abril de 2024.

CRISTIANE AMARAL CAVALCANTE

Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 64ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁴, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial n. 791/2023 – 4DP, autos n. 0907927-42.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Adriano Antero Batista e como vítima Valdeci Assis Ferreira, conforme se transcreve: “O Ministério Público Estadual promove o arquivamento do presente procedimento, em virtude da inexistência de autoria”.

Campo Grande, 24 de abril de 2024.

CRISTIANE AMARAL CAVALCANTE

Promotora de Justiça

2 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

3 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

4 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 6ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁵, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial n. 477/2022-DP, autos n. 0028140-65.2022.8.12.0001, em que consta como vítima Márcio Juliano Angelini, conforme se transcreve: “O Ministério Público Estadual promove o arquivamento do presente inquérito policial, em virtude da inexistência de autoria”.

Campo Grande, 24 de abril de 2024.

CRISTIANE AMARAL CAVALCANTE

Promotora de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

AMAMBAI

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Amambai, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁶, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0001852-37.2023.8.12.0004 e SAJMP nº 08.2023.00213368-8, em que consta como investigado Alexandro dos Santos Vieira de Almeida⁷ e como vítima (s) Juliana Silva Chimenes, conforme se transcreve:

"Assim, por entender que não há indícios suficientes para o devido processo legal, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento dos autos, ressalvando o disposto no artigo 18, do Código de Processo Penal".

Finalidade: A identificação da vítima, Juliana Silva Chimenes.

Amambai (MS), 24 de abril de 2024.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES

Promotora de Justiça

CORUMBÁ

EDITAL Nº 0020/2024/02PJ/CBA

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2023.00001390-4.

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2023.00001390-4 que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco, Corumbá/MS.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Compromissário: Eliane Ribas Vicente e Ricardo José Vicente

5 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

6 A comunicação da vítima, do investigado e da autoridade policial sobre a decisão de arquivamento será feita pelo órgão do Ministério Público que ordenou o arquivamento e dar-se-á, preferencialmente, por meio eletrônico, por contato telefônico ou em audiência, se for o caso, admitindo-se subsidiariamente por publicação de extrato no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) em edição extraordinária, com as cautelas de praxe nas hipóteses de sigilo.”

7 § 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



Objeto: Os Compromissários confirmam terem sido cientificados da instauração do Inquérito Civil n.º 06.2023.00001390-4, para apurar a supressão de 47,02 hectares de vegetação nativa remanescente (ID 736), no período de 05/10/2022 a 02/02/2023, no interior do imóvel rural "Fazenda Baía Morena", matrícula n.º 35.610, CARMS0070920, pertencente a Ricardo José Vicente e Eliane Ribas Vicente, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes. Os Compromissários reconhecem serem proprietários do imóvel rural denominado "Fazenda Baía Morena", matrícula n.º 35.610, CARMS0070920, localizado no Município de Corumbá/MS, e, conseqüentemente, responsáveis por toda e qualquer intervenção nele efetuada.

Obrigação: 1) Os Compromissários obrigam-se a não realizar qualquer intervenção potencialmente poluidora na área da propriedade rural denominada "Fazenda Baía Morena", matrícula n.º 35.610, CARMS0070920, sem a prévia autorização ambiental expedida pelo Órgão Ambiental Competente. Eventual autorização ambiental concedida terá que ser respeitada em seu prazo de validade e abrangência, sendo essa verificação de exclusiva responsabilidade dos Compromissários. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 1.000,00 (mil reais), por cada árvore suprimida ou hectare desmatado sem autorização ou excedente. 2) Manifestado o interesse em explorar a área desmatada e sendo esta passível de licenciamento, os Compromissários obrigam-se a elaborar projeto e protocolar junto ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul – IMASUL requerimento de retificação do CARMS0070920 para regularizar a área de 47,02 hectares de vegetação nativa remanescente desmatada sem licenciamento ambiental no interior do imóvel rural "Fazenda Baía Morena", matrícula n.º 35.610, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura deste Termo. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por dia de atraso. 3) Os Compromissários obrigam-se, a título de indenização pelos danos ambientais pretéritos, ao pagamento da quantia de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais)¹, parceladas em até 05 (cinco) vezes iguais, no valor de R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), com o primeiro pagamento para os 30 (trinta) dias seguintes a contar da assinatura do TAC, em favor do Grêmio Recreativo e Cultural da Polícia Florestal, mediante transferência bancária (Banco do Brasil – 001, Agência 0014-0, Conta Corrente n.º 3.542-4, CNPJ n.º 02.018.810/0001-09), para fins de subsidiar projetos apresentados nesta Promotoria de Justiça. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia sobre o valor em atraso, bem como correção monetária pelo IGPM e juros de 1% ao mês até o efetivo pagamento. 4) Neste ato os Compromissários obrigam-se a comunicar a esta Promotoria de Justiça, por escrito e no prazo de 10 (dez) dias a contar da respectiva efetivação, o cumprimento de cada uma das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais por dia de atraso.

23 de abril de 2024.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

MARACAJU

EDITAL N.º. 0001/2024/01PJ/MCJ

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS torna pública a instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Appa, 141, Centro, em Maracaju-MS.

Inquérito Civil n. 06.2024.00000403-1.

Requerente:Ministério Público Estadual

Requerido: a apurar

Assunto: Apurar a notícia acerca de suposta afronta ao direito dos consumidores proprietários de imóveis situados no bairro Alto San Raphael, nesta Comarca de Maracaju, ante a suposta ausência de rede de esgoto sanitário.

Maracaju-MS, 24 de abril de 2024.

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

**NAVIRAÍ****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0901005-32.2023.8.12.0029 e SAJMP nº 08.2023.00176376-8, em que consta como investigado Jonatan da Rocha e como vítima Jéssica Alves Armôa, conforme se transcreve: “Ante todo o exposto e, considerando a falta de elementos mínimos quanto à materialidade e autoria delitivas, o Ministério Público Estadual determina o ARQUIVAMENTO dos presentes autos de Inquérito Policial em relação ao investigado Jonatan da Rocha, com a ressalva do artigo 18 do Código de Processo Penal, encaminhando o feito ao Apoio desta Promotoria de Justiça para que promova as seguintes diligências”.

Naviraí, 22 de abril de 2024.

LETÍCIA ROSSANA P. FERREIRA BERTO DE ALMADA
Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0901339-66.2023.8.12.0029 e SAJMP nº 08.2024.00026366-9, em que consta como investigada Fabiola Barbosa da Silva e como vítima Luciane Aparecida Batista Pereira, conforme se transcreve: “Ante todo o exposto e, considerando a falta de elementos mínimos quanto à autoria, o Ministério Público Estadual determina o ARQUIVAMENTO dos presentes autos de Inquérito Policial, com a ressalva do artigo 18 do Código de Processo Penal, encaminhando o feito ao Apoio desta Promotoria de Justiça para que promova as seguintes diligências”.

Naviraí, 22 de abril de 2024.

LETÍCIA ROSSANA P. FERREIRA BERTO DE ALMADA
Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0901214-98.2023.8.12.0029 e SAJMP nº 08.2024.00015492-4, em que consta como vítima Gedeon Sanches Gomes e investigado não identificado, conforme se transcreve: “Ante todo o exposto, e considerando a falta de elementos mínimos quanto à autoria, o Ministério Público Estadual determina o ARQUIVAMENTO dos presentes autos de Inquérito Policial, com a ressalva do artigo 18 do Código de Processo Penal, encaminhando o feito ao Apoio desta Promotoria de Justiça para que promova as seguintes diligências”.

Naviraí, 22 de abril de 2024.

LETÍCIA ROSSANA P. FERREIRA BERTO DE ALMADA
Promotora de Justiça

**NIOAQUE**

EDITAL N° 0014/2024/PJ/NOQ

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque, bem como no endereço eletrônico:
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° 09.2024.00003667-8

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

ASSUNTO: Acompanhar as inspeções obrigatórias pelo Ministério Público à Casa Abrigo de Nioaque, durante o ano de 2024.

Nioaque, 24 de abril de 2024.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça